

Prefeitura Municipal de Cuiabá do Estado do Mato Grosso

SMASDH-MT

Assistente Social

Edital de Processo Seletivo Simplificado para Contratos Temporários Nº 001/2018/GAB/SMASDH

MR055-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Cuiabá do Estado do Mato Grosso - SMASDH-MT

Cargo: Assistente Social

(Baseado no Edital de Processo Seletivo Simplificado para Contratos Temporários
Nº 001/2018/GAB/SMASDH)

- Língua Portuguesa
- Noções de Informática
 - Legislações
- Conhecimentos Específicos

Autora

Ana Maria

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação / Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Camila Lopes
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Mirian Astorga
Julia Antoneli

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.....	83
2. Estruturação do texto e dos parágrafos.....	04
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais.....	07
4. Significação contextual de palavras e expressões.....	76
5. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	63
6. Emprego de tempos e modos verbais.....	07
7. Pontuação.....	50
8. Estrutura e formação de palavras.....	04
9. Funções das classes de palavras.....	07
10. Flexão nominal e verbal.....	07
11. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	07
12. Concordância nominal e verbal.....	52
12. Regência nominal e verbal.....	58
13. Ortografia oficial, acentuação gráfica (Novo Acordo Ortográfico).....	44

Noções de Informática

Word, Excel, Sistema Operacional windows, aplicativos do pacote Microsoft Office, Conhecimentos de Internet e e-mail.....	01
---	----

Legislações

1. Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004 – Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Princípios, Diretrizes, Objetivos, Usuários, Assistência Social e as Proteções Afiançadas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade).....	01
2. Lei 12.435, de 06/07/2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.....	01
3. Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.....	05
4. Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso.....	06
5. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.....	17
6. Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	61
7. Decreto/2009 – Política Nacional para a População em Situação de Rua.....	67
8. SINASE Lei n. 12594/2012.....	69
9. Lei Nº 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente.....	82

Conhecimentos Específicos

1. Trabalho e Serviço Social.....	01
2. Planejamento e Serviço Social.....	09
3. O código de ética profissional do assistente social.....	16
4. Instituições Públicas e Políticas Públicas.....	20
5. Relação Estado/Sociedade.....	27
6. Pobreza e desigualdade social no Brasil.....	28
7. Etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação.....	46
8. Gestão social das Políticas Públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais.....	53
9. Pesquisa em Serviço Social.....	55
10. Desenvolvimento local: concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, questões sociais urbanas e rurais.....	62
11. Família: As novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar.....	69
12. Controle social.....	78

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Variação Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Word, Excel, Sistema Operacional Windows, aplicativos do pacote Microsoft Office, Conhecimentos de Internet e e-mail.01

**WORD, EXCEL, SISTEMA OPERACIONAL
WINDOWS, APLICATIVOS DO PACOTE
MICROSOFT OFFICE, CONHECIMENTOS DE
INTERNET E E-MAIL.**

WINDOWS 7

O Windows 7 foi lançado para empresas no dia 22 de julho de 2009, e começou a ser vendido livremente para usuários comuns dia 22 de outubro de 2009.

Diferente do Windows Vista, que introduziu muitas novidades, o Windows 7 é uma atualização mais modesta e direcionada para a linha Windows, tem a intenção de torná-lo totalmente compatível com aplicações e hardwares com os quais o Windows Vista já era compatível.

Apresentações dadas pela companhia no começo de 2008 mostraram que o Windows 7 apresenta algumas variações como uma barra de tarefas diferente, um sistema de "network" chamada de "HomeGroup", e aumento na performance.

· Interface gráfica aprimorada, com nova barra de tarefas e suporte para telas touch screen e multi-táctil (multi-touch)

- Internet Explorer 8;
- Novo menu Iniciar;
- Nova barra de ferramentas totalmente reformulada;
- Comando de voz (inglês);
- Gadgets sobre o desktop;
- Novos papéis de parede, ícones, temas etc.;
- Conceito de Bibliotecas (Libraries), como no Windows Media Player, integrado ao Windows Explorer;
- Arquitetura modular, como no Windows Server 2008;
- Faixas (ribbons) nos programas incluídos com o Windows (Paint e WordPad, por exemplo), como no Office 2007;
- Aceleradores no Internet Explorer 8;
- Aperfeiçoamento no uso da placa de vídeo e memória RAM;
- Home Groups;
- Melhor desempenho;
- Windows Media Player 12;
- Nova versão do Windows Media Center;
- Gerenciador de Credenciais;
- Instalação do sistema em VHDs;
- Nova Calculadora, com interface aprimorada e com mais funções;
- Reedição de antigos jogos, como Espadas Internet, Gamão Internet e Internet Damas;
- Windows XP Mode;
- Aero Shake;

Apesar do Windows 7 conter muitos novos recursos o número de capacidades e certos programas que faziam parte do Windows Vista não estão mais presentes ou mudaram, resultando na remoção de certas funcionalidades.

Mesmo assim, devido ao fato de ainda ser um sistema operacional em desenvolvimento, nem todos os recursos podem ser definitivamente considerados excluídos. Fixar navegador de internet e cliente de e-mail padrão no menu Iniciar e na área de trabalho (programas podem ser fixados manualmente).

Windows Photo Gallery, Windows Movie Maker, Windows Mail e Windows

Calendar foram substituídos pelas suas respectivas contrapartes do Windows Live, com a perda de algumas funcionalidades. O Windows 7, assim como o Windows Vista, estará disponível em cinco diferentes edições, porém apenas o Home Premium, Professional e Ultimate serão vendidos na maioria dos países, restando outras duas edições que se concentram em outros mercados, como mercados de empresas ou só para países em desenvolvimento. Cada edição inclui recursos e limitações, sendo que só o Ultimate não tem limitações de uso. Segundo a Microsoft, os recursos para todas as edições do Windows 7 são armazenadas no computador.

Um dos principais objetivos da Microsoft com este novo Windows é proporcionar uma melhor interação e integração do sistema com o usuário, tendo uma maior otimização dos recursos do Windows 7, como maior autonomia e menor consumo de energia, voltado a profissionais ou usuários de internet que precisam interagir com clientes e familiares com facilidade, sincronizando e compartilhando facilmente arquivos e diretórios.

Recursos

Segundo o site da própria Microsoft, os recursos encontrados no Windows 7 são fruto das novas necessidades encontradas pelos usuários. Muitos vêm de seu antecessor, Windows Vista, mas existem novas funcionalidades exclusivas, feitas para facilitar a utilização e melhorar o desempenho do SO (Sistema Operacional) no computador.

Vale notar que, se você tem conhecimentos em outras versões do Windows, não terá que jogar todo o conhecimento fora. Apenas vai se adaptar aos novos caminhos e aprender "novos truques" enquanto isso.

Tarefas Cotidianas

Já faz tempo que utilizar um computador no dia a dia se tornou comum. Não precisamos mais estar em alguma empresa enorme para precisar sempre de um computador perto de nós. O Windows 7 vem com ferramentas e funções para te ajudar em tarefas comuns do cotidiano.

Grupo Doméstico

Ao invés de um, digamos que você tenha dois ou mais computadores em sua casa. Permitir a comunicação entre várias estações vai te poupar de ter que ir fisicamente aonde a outra máquina está para recuperar uma foto digital armazenada apenas nele.

Com o Grupo Doméstico, a troca de arquivos fica simplificada e segura. Você decide o que compartilhar e qual os privilégios que os outros terão ao acessar a informação, se é apenas de visualização, de edição e etc.

Tela sensível ao toque

O Windows 7 está preparado para a tecnologia sensível ao toque com opção a multitoque, recurso difundido pelo iPhone.

O recurso multitoque percebe o toque em diversos pontos da tela ao mesmo tempo, assim tornando possível dimensionar uma imagem arrastando simultaneamente duas pontas da imagem na tela.

O Touch Pack para Windows 7 é um conjunto de aplicativos e jogos para telas sensíveis ao toque. O Surface Collage é um aplicativo para organizar e redimensionar fotos. Nele é possível montar slide show de fotos e criar papéis de parede personalizados. Essas funções não são novidades, mas por serem feitas para usar uma tela sensível a múltiplos toques as tornam novidades.

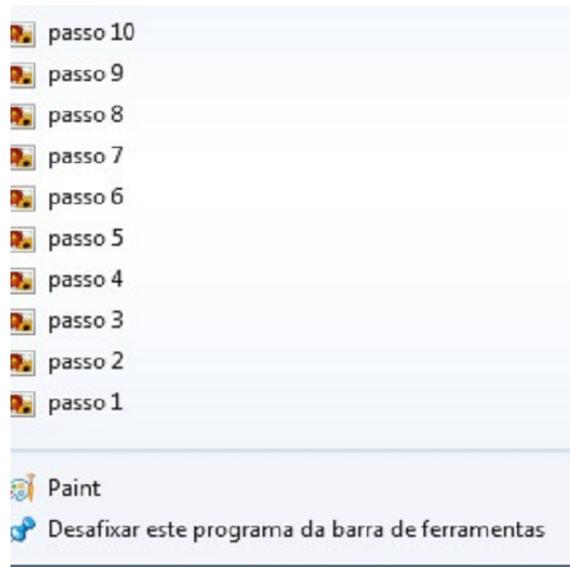


Microsoft Surface Collage, desenvolvido para usar tela sensível ao toque.

Lista de Atalhos

Novidade desta nova versão, agora você pode abrir diretamente um arquivo recente, sem nem ao menos abrir o programa que você utilizou. Digamos que você estava editando um relatório em seu editor de texto e precisou fechá-lo por algum motivo. Quando quiser voltar a trabalhar nele, basta clicar com o botão direito sob o ícone do editor e o arquivo estará entre os recentes.

Ao invés de ter que abrir o editor e somente depois se preocupar em procurar o arquivo, você pula uma etapa e vai diretamente para a informação, ganhando tempo.



Exemplo de arquivos recentes no Paint.

Pode, inclusive, fixar conteúdo que você considere importante. Se a edição de um determinado documento é constante, vale a pena deixá-lo entre os "favoritos", visto que a lista de recentes se modifica conforme você abre e fecha novos documentos.

Snap

Ao se utilizar o Windows por muito tempo, é comum ver várias janelas abertas pelo seu monitor. Com o recurso de Snap, você pode posicioná-las de um jeito prático e divertido. Basta apenas clicar e arrastá-las pelas bordas da tela para obter diferentes posicionamentos.

O Snap é útil tanto para a distribuição como para a comparação de janelas. Por exemplo, jogue uma para a esquerda e a outra na direita. Ambas ficaram abertas e dividindo igualmente o espaço pela tela, permitindo que você as veja ao mesmo tempo.

Windows Search

O sistema de buscas no Windows 7 está refinado e entendido. Podemos fazer buscas mais simples e específicas diretamente do menu iniciar, mas foi mantida e melhorada a busca enquanto você navega pelas pastas.

Menu iniciar

As pesquisas agora podem ser feitas diretamente do menu iniciar. É útil quando você necessita procurar, por exemplo, pelo atalho de inicialização de algum programa ou arquivo de modo rápido.

"Diferente de buscas com as tecnologias anteriores do Windows Search, a pesquisa do menu início não olha apenas aos nomes de pastas e arquivos.

Considera-se o conteúdo do arquivo, tags e propriedades também" (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 770).

Os resultados são mostrados enquanto você digita e são divididos em categorias, para facilitar sua visualização.

LEGISLAÇÕES

1. Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004 – Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Princípios, Diretrizes, Objetivos, Usuários, Assistência Social e as Proteções Afiançadas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade).....	01
2. Lei 12.435, de 06/07/2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	01
3. Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.	05
4. Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso.	06
5. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.	17
6. Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.	61
7.. Decreto/2009 – Política Nacional para a População em Situação de Rua.....	67
8. SINASE Lei n. 12594/2012.	69
9. Lei Nº 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente.....	82

**1. RESOLUÇÃO CNAS Nº 145, DE 15/10/2004
– POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL – PNAS (PRINCÍPIOS, DIRETRIZES,
OBJETIVOS, USUÁRIOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL
E AS PROTEÇÕES AFIANÇADAS, PROTEÇÃO
SOCIAL BÁSICA, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL,
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA
COMPLEXIDADE, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
DE ALTA COMPLEXIDADE).**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COM-
BATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 145, 15 DE OUTUBRO DE 2004
DOU 26/10/2004.

Aprova a Política Nacional de Assistência Social.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
CNAS, considerando a apresentação de proposta da Polí-
tica Nacional de Assistência Social - PNAS pelo Ministério
do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS em
23 de junho,

Considerando a realização de Reuniões Descentraliza-
das e Ampliadas do Conselho para discussão e construção
coletiva do texto final da PNAS ocorridas respectivamente
em 21 e 22 de julho de 2004 na cidade de Aracaju e em 21
e 22 de setembro de 2004, no Distrito Federal e,

considerando o disposto no artigo 18, incisos I, II, IV da
Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, em reunião do Colegiado de 22 de
setembro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros a
Política Nacional de Assistência Social.

Art. 2º - Aprovar, na reunião do Colegiado de 14 de ou-
tubro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros o texto
final discutido e elaborado pelo grupo de trabalho – GT/
PNAS constituído pela Resolução N.º 78, de 22 de junho de
2004, publicada no D.O.U., de 02 de julho de 2004.

Art. 3º - O texto da Política Nacional aprovado consti-
tuirá o Anexo I da presente Resolução.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua
publicação.

MÁRCIA MARIA BIONDI PINHEIRO
Presidente do CNAS

**2. LEI 12.435, DE 06/07/2011, QUE INSTITUI
O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011.

Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que
dispõe sobre a organização da Assistência Social.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Con-
gresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o Os arts. 2o, 3o, 6o, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21,
22, 23, 24, 28 e 36 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de
1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2o A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à re-
dução de danos e à prevenção da incidência de riscos, es-
pecialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à
adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com defi-
ciência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício
mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que compro-
vem não possuir meios de prover a própria manutenção ou
de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar ter-
ritorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a
ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimiza-
ções e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno
acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassis-
tenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a
assistência social realiza-se de forma integrada às políticas
setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de con-
dições para atender contingências sociais e promovendo a
universalização dos direitos sociais.” (NR)

“Art. 3o Consideram-se entidades e organizações de
assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada
ou cumulativamente, prestam atendimento e assessor-
amento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem
como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1o São de atendimento aquelas entidades que, de
forma continuada, permanente e planejada, prestam ser-
viços, executam programas ou projetos e concedem be-
nefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às
famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou
risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas
as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social
(CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 2o São de assessoramento aquelas que, de forma
continuada, permanente e planejada, prestam serviços e
executam programas ou projetos voltados prioritariamente

para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 3o São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18." (NR)

"Art. 6o A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6o-C;

III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;

V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e

VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

§ 1o As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

§ 2o O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.

§ 3o A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome." (NR)

"Art. 12

II - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;

IV - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento." (NR)

"Art. 13. I - destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;

II - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local;

VI - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento." (NR)

"Art. 14.

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social do Distrito Federal;

VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;

VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito." (NR)

"Art. 15.

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;

VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;

VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito." (NR)

"Art. 16. As instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

Parágrafo único. Os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições." (NR)

"Art. 17.

§ 4o Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do art. 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica." (NR)

"Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

§ 1o Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 2o Para efeito de concessão deste benefício, considera-se:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

1.Trabalho e Serviço Social.	01
2. Planejamento e Serviço Social.	09
3.O código de ética profissional do assistente social.	16
4. Instituições Públicas e Políticas Públicas.	20
5. Relação Estado/Sociedade.	27
6. Pobreza e desigualdade social no Brasil.	28
7. Etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação.	46
8. Gestão social das Políticas Públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais.	53
9. Pesquisa em Serviço Social.	55
10. Desenvolvimento local: concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, questões sociais urbanas e rurais.	62
11. Família: As novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar.	69
12. Controle social.	78

1. TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL.

O MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.

Decorrrência da Crise de Acumulação

No período do pós-Segunda Guerra Mundial até final dos anos 1960 eram notáveis os índices de crescimento econômico e as taxas de lucro obtidas pelos proprietários de capital. Foi um momento em que se combinou crescimento econômico com a conquista de direitos sociais (nos países desenvolvidos) através da implementação de políticas de bem-estar social, período em que a ação do Estado reduziu algumas incertezas que caracterizam a economia capitalista.

No princípio dos anos 70 do século XX, ocorre o esgotamento do ciclo de crescimento da economia capitalista denominado de "anos dourados", quando houve uma crise de acumulação com um caráter universal em relação ao tipo de capital, isto é produtivo, financeiro ou comercial. O alcance da crise foi global e teve um período de duração relativamente extenso. Essa crise combinou a queda generalizada da taxa de lucro, com estagnação econômica, elevação generalizada dos preços e esgotamento das ferramentas tecnológicas da Segunda Revolução Industrial originando uma recessão. Esse conjunto de acontecimentos foi caracterizado pela literatura econômica como estagflação, e atingiu globalmente os países contribuindo para elevar a crise fiscal, agravada nos chamados "países dependentes" em razão do endividamento externo.

A partir dessa crise ressurgiu vigorado o debate teórico entre adeptos da política econômica keynesiana e os neoliberais em torno da forma de regulação das atividades econômicas, se a mesma deve ser realizada por intervenção estatal ou pelo livre jogo das forças de mercado. Esse debate histórico resultou vantajoso para os neoliberais, como indicam as políticas econômicas adotadas a partir dos governos: do Chile de Pinochet, da Inglaterra de Thatcher, dos Estados Unidos, de Reagan entre outros.

A partir de então, diversos governos, inclusive no Brasil, fazem uso de orientações de recorte neoliberal nas políticas econômicas (e sociais), com o objetivo de restabelecer as condições de acumulação do capital e consolidar o poder do capital em especial financeiro. Adota-se a chamada economia de mercado, restringe-se a ação do Estado, se promove à desregulamentação da economia, a privatização das empresas estatais e se adota políticas sociais focalizadas com base na meritocracia e nos mínimos sociais, enquanto ofensiva do capital para superar a crise.

A Ofensiva do Capital na Produção para Superar a Crise

A ofensiva efetuada para superar a crise teve como base a análise dos ideólogos neoliberais, como Friederick Von Hayek que considera que a raiz da crise é o modelo econômico pós-guerra em que o Estado limita a economia de mercado (negando a análise da crise estrutural). Para os neoliberais a crise localiza-se no excessivo poder dos sindicatos, e dos trabalhadores que através das reivindicações e conquistas de aumento de salário e conquista de direitos sociais fazendo com que o Estado aumentasse os "gastos sociais".

Assim, para os neoliberais a superação da crise passa por medidas que impactam as conquistas dos trabalhadores como por exemplo a flexibilização do contrato de trabalho e a retirada dos direitos, entre os quais alguns presentes na legislação trabalhista. Bem como, realizam as privatizações das estatais e supressão da intervenção do Estado na economia, isto é redefinindo o seu papel. Ou seja, ocorreu um impulso na liberalização e abertura das economias via desregulamentação viabilizando a mundialização do capital, através da maior autonomia do capital para seu deslocamento facilitado pelas novas tecnologias.

Esse processo de liberalização econômica é conduzido na perspectiva de favorecer especialmente ao capital produtivo e financeiro oligopolista. Outro aspecto disso é a crescente financeirização da economia através da interpenetração e uso de sua lógica pelo capital industrial, comercial e agrícola na medida em que a valorização do capital deixa de ser maximizada principalmente pela produtividade do trabalho na busca de lucros e passa a ser do tipo ganhos através dos juros.

Ainda como parte desse contexto efetua-se transformações quanto à forma de organização do trabalho como evidencia o toyotismo que busca a subordinação formal intelectual do trabalho a lógica do capital através das alterações organizacionais sem, contudo romper com a racionalidade do taylorismo-fordismo. A adoção do toyotismo integra ao que se chama de complexo de reestruturação produtiva que é facilitado pelas Tecnologias da Terceira e Quarta onda de transformações produtivas, e refletem a busca do capital em elevar a taxa de lucro através do aumento da produtividade, da intensificação e elevação da extração da mais valia em meio à mundialização do capital. Afinal as transformações permanentes são indispensáveis ao processo de valorização e acumulação de capital materializadas em mecanismos como, por exemplo: a extensão da duração do trabalho através da ampliação da jornada de trabalho; o aumento da intensidade do ritmo de trabalho via tecnologias e processos de organização.

Em relação a isso, é oportuno destacar que as inovações do complexo de reestruturação produtiva requerem que o trabalhador tenha flexibilidade, ou seja, que seja polivalente e multifuncional capaz de operar simultaneamente várias máquinas e realizar diferentes atividades como produzir e efetuar controle de qualidade. Mas a flexibilidade também ocorre na produção cujas novas tecnologias permitem uma rápida reconfiguração das máquinas, adaptando a produ-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

ção e serviços de acordo com o mercado consumidor e a busca de inovação e criação de novas necessidades. Em síntese, as transformações em curso indicam que na atualidade vivencia-se a transição de um regime de “acumulação fordista” para o da “acumulação flexível”.

Quanto ao regime da “acumulação flexível” constata-se que a organização do trabalho do tipo toyotista tem instigado os trabalhadores a disponibilizar sua capacidade física e intelectual (menosprezando pelo taylorismo). A maneira que isto é evidenciado é a administração participativa (com base na prática do Kaizen, que significa melhoramento contínuo envolvendo todos). Contudo essa participação se limitada ao debate e sugestões para melhoria do ambiente de trabalho para aumentar o desempenho, a produtividade e qualidade da mercadoria ou serviços. Essa participação restrita requer dos trabalhadores o cumprimento de metas, as quais não participaram da definição, enquanto necessidade de assegurar a competitividade, manter o emprego e obter ganhos de participação nos lucros.

O estímulo usado para promover o aumento de produtividade e disponibilização dos saberes são as compensações materiais e simbólicas para quem contribuir para melhorar a produção, o produto e reduzir custos. Aliado a isto, ocorre uma ofensiva ideológica a fim de obter o envolvimento dos trabalhadores a lógica do capital desde o processo seletivo, seguindo nos treinamentos, e nas reuniões. Contudo a busca da hegemonia, isto é cooptação (consentimento) não significa que se abdicou das relações de dominação, ou seja, de coerção como indicam os controles em relação ao cumprimento das metas, por exemplo. Nesse sentido nas relações capitalistas de trabalho coexistem relações de coerção e consentimento, sendo que esta última ganhou relevo na atualidade diante do seu impacto no aumento da produtividade.

Assim aspecto importante das inovações atuais na organização da força de trabalho consiste na atenção conferida à subjetividade do trabalhador, reconhecendo o seu saber buscando sua “captura” e simultaneamente obtenção de seu consentimento a fim de reduzir as resistências.

Em síntese, na medida em que o processo de trabalho capitalista objetiva conservar e elevar as taxas de lucro prescinde fragilizar a resistência da ação coletiva dos trabalhadores através da “captura” da sua subjetividade que no processo produtivo ocorre através da organização da produção de acordo com o toyotismo.

A Organização Toyotista da Produção

A organização toyotista de produção tem como principais traços: a produção vinculada à demanda, a fim de atender ao mercado consumidor mais individualizado; o trabalho concebido em equipe e com atuação multifuncional dos trabalhadores; a operação pelo trabalhador, simultaneamente, de várias máquinas; a adoção do princípio de *Just-in-Time*, visando ao melhor aproveitamento do tempo de produção; o funcionamento da produção segundo o sistema Kanban, cujas placas ou senhas de comando de-

terminam a reposição de peças e estoques administrando a produção; a estrutura organizacional horizontalizada, priorizando somente a produção do que é central para sua unidade produtiva terceirizando o restante; o estímulo à organização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), para debater o trabalho e o desempenho, com a finalidade de melhorar a produtividade; a adoção do “emprego vitalício” (no Japão) para uma parcela de trabalhadores.

O toyotismo faz uso da mobilização das capacidades físicas e intelectuais dos trabalhadores, desta maneira distinguindo-se do taylorismo-fordismo. Nesse sentido a busca do envolvimento dos trabalhadores à lógica do capital é parte constitutiva fundamental do toyotismo, pois sem a qual compromete os princípios da autonomia/autoativação e do *Just-in-Time*. Quanto aos princípios da autonomia/autoativação, o primeiro diz respeito a dotar as máquinas automáticas de mecanismos de parada em caso de algum defeito, contribuindo com a “auto avaliação” (verificar a qualidade) na execução do trabalho, para evitar retrabalho devido defeitos. Assim, a autonomia/autoativação atribui ao operário a responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de produção, passando os mesmos a desempenhar as funções de operadores diretos, fazer o diagnóstico, o reparo, a manutenção e o controle de qualidade, isto é tornando o trabalho multifuncional.

Nesse sentido a base técnica associada à organização do trabalho permite exigir dos assalariados não apenas a vigilância, mas o controle sobre sua atividade, e também que efetuem a prevenção de avarias, na busca da qualidade total (em meio a redução do tempo de duração das mercadorias). Diante dessa realidade, ocorrem a intensificação do ritmo e uma necessidade de maior subordinação do trabalhador ao processo de produção, alterando-o qualitativamente (novas habilidades e competências são requeridas diante das novas tecnologias). Assim as inovações (tecnológicas e organizacionais) no mundo do trabalho efetuem o domínio do tempo humano mobilizando as capacidades dos trabalhadores para a produção de bens de consumo e execução de serviços viabilizando a exploração.

Evidentemente que aliado a isto, as novas tecnologias de base técnica informacional potencializam um controle mais objetivo do trabalho, inclusive o efetuado a distância, pois conseguem integrar diferentes organizações com suas unidades localizadas em distintos espaços, e em “tempo real”. Em suma, essas tecnologias contribuem para alterar a noção espaço (do nacional para mundial), pois as máquinas informacionais permitem interação “*intrafirma e interfirmas*” localizadas em diferentes países. Mas, também modificam a noção de tempo uma vez que “não há longo prazo” diante das constantes inovações, das “incertezas”, e do desejo da rápida valorização do capital.

Atualmente a organização da economia adquire a dimensão de resultados de curto prazo, sendo uma das materializações disso na produção o princípio do *Just-in-Time*, que significa a eliminação dos estoques a partir do uso de tecnologia de informação que possibilita o mapeamento dos insumos, da produção e das vendas na perspectiva da lógica da economia de custos. Para administrar o